

Informe - 7 a 13 de
Outubro de 2013



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

**“ESTÁ HAVENDO DESCUMPRIMENTO
DE DIREITOS FUNDAMENTAIS BÁSICOS”**

Há muito tempo já se falava sobre a problemática do Cenam. Mas ao que parece as autoridades não se interessavam tanto. Depois de um grande tumulto, na quarta-feira, 2, representantes do Judiciários, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e outros órgãos realizaram visita à Unidade.

De acordo com o juiz da 17ª Vara Cível, Edno Aldo Ribeiro de Santana, a Unidade já havia sido inspecionada nos meses de agosto e setembro, contudo, diante do quadro que se apresentou, considerou necessária uma nova vistoria ao local.

“Está havendo descumprimento de direitos fundamentais básicos. Em todas as inspeções, foi verificado que os adolescentes ficam o tempo todo trancados, sem qualquer atividade, nem mesmo banho de sol. Essa situação fere princípios inerentes à pessoa humana e contraria qualquer proposta pedagógica para a medida de internação”,

explicou.

A promotora de Justiça Mirian Tereza afirmou que o Ministério Público já havia detectado algumas irregularidades na unidade. “Na minha opinião, há uma inadequação intransponível, não apenas porque houve uma rebelião. A gravidade já extrapola qualquer inspeção e o que pode ser feito para proteger estes adolescentes e proteger a sociedade, é um grande desafio. Mas nós vamos sentar para fazer uma nova análise junto com a Defensoria, a OAB, porque o MP não decidirá sozinho qual a melhor medida para solucionar o problema”, afirmou.

Para o diretor de Segurança do Cenam, Alzot Trindade, a situação do Cenam está crítica diante do cenário de greve dos agentes e dos técnicos. Para Sidney Guarani, mesmo diante de inúmeras denúncias, os problemas dentro da Fundação Renascer continua. Segundo eles, muitas pessoas recebem sem nem trabalhar, os menores ficam alojados em locais precários e sem nenhuma atividade, além de perseguição por parte da Direção.